



Políticas públicas e desigualdades socioespaciais, em Macaé: gestão para uma cidade justa?

Anderson Jamar Neves Maciel, Teresa de Jesus Peixoto Faria

A presente pesquisa visa estudar as políticas públicas urbanas como os projetos “Macaé sem Favelas” e “Minha Casa, Minha Vida (MCMV)”, no município de Macaé/RJ. O programa “Macaé sem Favelas” é desenvolvido pela Secretaria Municipal de Habitação e integra o PMHIS, cujos recursos vêm de convênio com o governo federal, por meio do “MCMV”, que financia a construção de unidades habitacionais em terrenos doados pelo município ao Fundo de Arrendamento Residencial, tendo como objetivo erradicar as favelas e reduzir o déficit habitacional no município. No total são 3.000 unidades habitacionais, entre casas e apartamentos no município desde 2007. Sabemos que as políticas públicas são passíveis ou não, de resolver a problemática da desigualdade e injustiças sociais na busca da construção de uma cidade justa e do direito à cidade. Macaé apresenta um fenômeno de alta concentração populacional, com uma taxa de urbanização de 98,1%, segundo dados do IBGE (2010). Esta concentração é fruto de um processo de urbanização acelerado, atrelada à industrialização crescente, a partir da década de 70, com o início da exploração dos campos petrolíferos que gerou um intenso fluxo migratório em busca de emprego. O município recebe altas rendas advindas dos royalties do petróleo, apresentando, portanto uma capacidade de investimentos em projetos e obras públicas, muito superior a da maioria dos municípios brasileiros. Mas mesmo assim, verifica-se um processo de segregação espacial que tem como efeito o surgimento de favelas onde a profunda desigualdade social, econômica e de recursos urbanos manifesta no espaço geográfico pode ser considerada como injusto. No levantamento prévio, observamos que Macaé, de acordo com dados do anuário de 2012, apresenta um déficit habitacional de 11.997 moradias. Em resposta a isto a prefeitura construirá 2.208 unidades habitacionais financiadas pelo programa MCMV, e pelo Municipal Habitar Legal, no Complexo da Ajuda, 50% do número de unidades serão doados pela Prefeitura para famílias cadastradas para remoção e 50% estarão disponíveis com preços abaixo do de mercado à demanda espontânea. O plano de trabalho, do ponto de vista de pesquisa de campo, optou por dois procedimentos complementares e que buscam constituir um banco de informações e realizar um diagnóstico sobre os referido projetos, fazendo um acompanhamento ao longo dos anos para avaliar sua capacidade em reduzir as desigualdades sócioespaciais construindo uma cidade justa.

PALAVRAS-CHAVE: Segregação socioespacial, direito a cidade, moradia, políticas públicas.

Instituição de fomento: FAPERJ/ UENF